

# EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UMA ESCOLA DO MST: VISIBILIZANDO A REALIDADE ESCOLAR POR MEIO DA FALA DE UMA PROFESSORA MILITANTE

Bianca de Araújo Neves <sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho refere-se a pesquisa feita em uma escola do campo no município de Castanhal, estado do Pará no ano de 2018 durante a disciplina de Introdução ao estágio. Essa pesquisa busca dar visibilidade a partir da fala de uma Professora camponesa e militante do MST de como acontece a Educação do Campo nessa escola. Além disso, procura compreender a construção histórica da Professora do campo nos contextos da comunidade e da academia; conhecer sobre o acesso dessa Professora à formação continuada e entender a sua prática pedagógica ligada aos conhecimentos da comunidade. Nesse sentido, a metodologia possui abordagem qualitativa e foi utilizada a técnica observação e entrevista semiestruturada para coletar os dados. Tem-se como referenciais teóricos Paulo Freire (2007), Arroyo (2012), Cardart (2009; 2012), Michelotti e Zarref (2016) que dialogam com os resultados obtidos na pesquisa referente ao fato de que a educação praticada nessa escola busca respeitar e conciliar os conhecimentos dos educandos camponeses e militantes do MST. Ou seja, a prática pedagógica da Professora entrevistada se constrói a partir das práticas e saberes advindos desse movimento social dialogados com o conhecimento científico. Nesse contexto, a educação do campo busca respeitar, valorizar e conscientizar os estudantes para que se compreendam como sujeitos de sua própria história e não meros receptores, mas sim, ativos no processo de construção dos conhecimentos.

**Palavras-chave:** Educação, Educação do Campo, Pedagogia do Movimento, MST.

## INTRODUÇÃO

O campo foi historicamente, construído no imaginário da população brasileira como um lugar atrasado em relação a cidade. Pois, as políticas públicas voltadas para a educação das pessoas de comunidades rurais não tinham uma ótica sobre as mulheres e homens do campo como sujeitos de direito. Pelo contrário, o campo carrega estigmas dentro do contexto brasileiro, por conta da colonização do país que escravizou pessoas em nome do sistema colonial. Continuando essa exploração do território camponês pelo agronegócio, os camponeses que ali viviam permanecem sendo explorados pelos grandes produtores rurais. (SECAD, 2007).

---

<sup>1</sup> Graduanda(ado) do(pelo) Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, biancanevesaraujo5@gmail.com;

Nesse contexto, a educação rural chega a partir do Estado, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica “a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX” (BRASIL, 2013, p. 269). Essa educação foi, a princípio, implementada para controlar o fluxo migratório do campo para a cidade, pois estas cidades estavam bairros periféricos cheios de pessoas em vulnerabilidade social. Além disso, o ensino oferecido era eminentemente técnico, voltado para o trabalho seja na agropecuária ou para o desenvolvimento da indústria do Brasil, ou seja, não havia uma preocupação por parte desse Estado em proporcionar uma educação de qualidade para essas pessoas.

No Golpe Militar em 1964, que perdurou até meados da década de 1980, houve o fortalecimento do processo de colonização agrária, quando ocorreu a expansão dos movimentos sociais, que durante 20 anos foram reprimidos pela ditadura militar. Dentre esses movimentos destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que vem de encontro a essa lógica tecnicista da educação rural e propõe um outro modelo educacional. Promovendo assim uma educação de respeito ao sujeito do campo, respeito às culturas, modos de ser, viver, produzir alimentos sem exploração de pessoas e sem veneno.

Assim sendo, a pesquisa irá tratar sobre diversos aspectos acerca da educação do campo através de discussões teórico-práticas presentes nas falas de uma professora e militante da Escola Roberto Remigi, localizada no Assentamento São João Batista no município de Castanhal, estado do Pará. Desse modo, a pesquisa nasceu a partir de um trabalho de campo feito durante a disciplina de Introdução ao Estágio da turma de Pedagogia 2017.2 do Campus I da UFPA de Castanhal, no ano de 2018.

Porém, neste ano (2019) a mesma turma teve a oportunidade de estudar a disciplina “Educação do Campo” dentro da grade do 5º semestre. Nesse sentido, percebe-se uma necessária expansão da pesquisa feita no semestre anterior, pois, agora tem-se mais informações sobre a Educação do Campo, como esta se constrói historicamente no contexto brasileiro e sua relevância social para o povo camponês.

Além disso, essa pesquisa é importante para a discussão acerca da Educação do Campo dialogada com a Pedagogia do Movimento (CALDART, 2012), Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2005) em consonância com a perspectiva prática e teórica da professora camponesa e militante sobre assuntos como: acesso a formação inicial e continuada de professores do campo; relevância social e política de lecionar no assentamento do MST; Pedagogia da

Alternância; dentre outros assuntos ligados intrinsecamente a Educação do Campo, interpretando-a como um campo do conhecimento que se constrói a partir de tensões sociais.

Diante disso, o objetivo geral desse trabalho é: visibilizar a partir da fala de uma Professora camponesa e militante do MST como acontece a Educação do Campo e a Pedagogia do Movimento nessa escola do assentamento; e dentre os objetivos específicos tem-se: compreender a construção histórica da Professora do campo nos contextos da comunidade e da academia; conhecer sobre o acesso dessa Professora a formação continuada atualmente; e entender a sua prática pedagógica ligada aos conhecimentos da comunidade.

Metodologicamente, a pesquisa tem abordagem qualitativa, pois, busca compreender, interpretar e analisar um fenômeno social, no caso a educação do campo no assentamento São João Batista, em consonância com Pedagogia do Movimento Social (CALDART, 2012). E foram utilizadas como técnicas para coletar os dados: a observação durante a aula da Professora e a entrevista semiestruturada com a mesma, sendo ela regente de turmas do Ensino Fundamental.

E percebe-se a partir do relato da professora que a Educação do Campo praticada na escola Roberto Remigi se constitui por meio da resistência do MST, indo de encontro à comumente educação urbanocêntrica que é importada da cidade para a comunidade rural; além disso a prática pedagógica da Professora se constrói a partir dos conhecimentos advindos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dialogados com os conhecimentos acadêmicos conquistados durante a graduação de Educação do Campo no Instituto Federal do Pará, do município de Castanhal.

E tem-se a hipótese de que, a Professora, tendo como base a Pedagogia do Movimento percebe os estudantes como sujeitos que já trazem uma visão e interpretação de mundo antes de ingressar na escola. Logo, veremos neste texto como a educação do campo se constrói nessa escola, onde não é só voltada para a decodificação de palavras, mas para ampliação dos saberes dessas crianças, no sentido de se perceberem como sujeitos do processo de construção do conhecimento.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e procedeu a partir da entrevista semiestruturada com uma professora do ensino fundamental. A escolha pela entrevista semiestruturada foi importante, porque possibilitou um diálogo mais espontâneo com a Professora do 5º ano do ensino fundamental, que é também uma das líderes do assentamento.

E por meio da entrevista foram relacionados e problematizados diversos aspectos de sua formação e prática pedagógica na escola Roberto Remigi como: estágio durante a graduação, importância de lecionar em uma escola de assentamento, formação continuada, diálogo entre teoria e prática e relação da história do assentamento com as outras disciplinas durante as aulas.

A abordagem qualitativa foi importante nessa pesquisa, pois permitiu a compreensão do contexto real da escola inserida na comunidade assentada. Ou seja, por meio de uma pequena amostra foi possível analisar o sujeito pesquisado de modo holístico, valorizando a sua experiência pessoal e subjetiva para a obtenção dos dados. (FILHO, 2007).

Além disso, para a coleta dos dados foram feitas duas visitas à escola no horário da tarde, para o registro dos dados se utilizou caderno de anotações, gravador de áudio e câmera do celular sob a permissão da escola foram feitos registros fotográficos para serem analisados e arquivados. Nesse sentido, esses materiais possibilitaram a coleta dos dados e a análise do fenômeno social, no caso a educação do campo dialogada com a pedagogia do movimento do MST no contexto da escola Roberto Remigi.

## DESENVOLVIMENTO

A educação do campo é uma área de conhecimento complexa e dinâmica, que abrange diversas vertentes teórico-práticas, diferente da educação que se estabelece nos espaços escolares urbanos. Tendo sua prática numa educação que respeita a dignidade humana. Isto é, um ser em formação que está sujeito a mudanças constantes causadas pelo movimento da vida em sociedade e carrega consigo saberes que precisam ser respeitados e valorizados na escola.

Nesse sentido, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2013, p. 267)

Percebe-se no texto acima que a Educação do Campo não é apenas uma política pública, mas um vasto campo do conhecimento, que agrega diferentes contextos sociais, étnico-raciais, de gênero, manifestações culturais, históricos, ambientais, dentre outras perspectivas que

constituem os sujeitos do campo. Buscando valorizar e respeitar os espaços do campo e as pessoas que os habitam. Considerando os diferentes campos que existem no campo, possuindo conhecimentos intergeracionais práticos de sobrevivência e na criação de cultura. Por isso a escola do campo não pode ser omissa diante desses saberes locais e ancestrais, que no contexto ocidental não é considerado como conhecimento científico, mas são saberes para além da ciência moderna eurocêntrica.

Essa educação surge a partir da luta dos movimentos sociais e depois como uma política pública financiada pelo Estado, logo, é a partir dos saberes dos camponeses que constituem o espaço do Campo que se faz a educação na escola, e não a escola impõe determinada forma de educação oriunda da cidade. E essa educação dialoga com diferentes vertentes pedagógicas, pois concebe a educação integrada ao movimento constante do ser humano que faz parte de uma sociedade dinâmica e complexa e está sempre se transformando.

As escolas do campo e as escolas do MST tentam ser mais do que escola. Pretendem integrar-se na dinâmica formadora do Movimento. Este põe a escola e a pedagogia em movimento e por aí elas retomam suas tarefas de origem: contribuir na formação de sujeitos sociais, os Sem Terra, os trabalhadores (as) do campo. Os educadores e as educadoras das escolas do campo vão descobrindo que são ensinantes quando ensinam. Eles e elas fazem parte também de uma dinâmica social, cultural e formadora extremamente rica que dá às suas práticas novos sentidos. (ARROYO, 2012,p.17-18)

Integra-se a essa educação a Pedagogia do movimento dos Sem Terra, ou seja, parte-se das vivências de luta das pessoas que integram o movimento social, os saberes construídos nas trajetórias de vida dessas pessoas para a educação escolar. Produzindo uma educação feita pelo camponês e para o camponês, apesar dessa educação escolar ser proveniente de um Estado que a sustenta financeiramente e em muitos contextos se pronuncia contrário ao Movimento Social. Nesse contexto, de acordo com Caldart (2009) a Pedagogia do Movimento é formada por duas matrizes principais: a luta social e a organização coletiva. Guiando-se pela teoria marxista de produção e transformação do mundo, centralizando o trabalho, concebendo a prática do trabalho no campo integrada ao discurso crítico e politizado. Ou seja, o trabalho do camponês como objeto de análise e também um saber que precisa ser respeitado tanto quanto os saberes da sala de aula.

A Pedagogia do Movimento, de acordo com Caldart (2012), se origina do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou seja, o MST possui em seu caráter uma intencionalidade de formação humana, que é prática e teórica simultaneamente. Pois, ao mesmo tempo que o sujeito militante aprende na prática a construir um discurso libertário com valores e princípios, estabelece relação crítica com esse discurso, pois vivencia as ideias na realidade, buscando formar seres humanos críticos de suas próprias atitudes.

“[...] a Pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia, mobilizando e incorporando, em sua dinâmica (organicidade), diversas e combinadas matrizes pedagógicas, muitas delas já um tanto obscurecidas em um passado que não está sendo cultivado. Tal como na lavração que seus sujeitos fazem da terra, o MST revolve, mistura e transforma diferentes componentes educativos, produzindo uma síntese pedagógica que não é original, mas também em si é igual a nenhuma pedagogia proposta, se tomada em si mesma, exatamente porque a sua referência de sentido está no Movimento”. (CALDART, 2012, p. 333-334).

Então a educação do campo é diferente da que se faz no espaço urbano, por conta disso se construíram as Diretrizes Curriculares Nacionais que exigem que a identidade cultural do campo seja respeitada no ambiente escolar. E diz o seguinte:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2013, p. 282).

Então, vê-se que a escola do campo possui características identitárias próprias que são protegidas por lei hoje, e sendo, nesse caso em particular, uma escola de assentamento, percebe-se que há uma maior conscientização crítica dentro desse espaço quando diz respeito às questões políticas e de justiça social por conta da Pedagogia do MST. Nesse sentido, “existe uma intenção pedagógica específica no MST” (CALDARTE, 2012, 369), que vem traçando um caminho de construção de uma identidade conflituosa com os próprios costumes camponeses. Ou seja, em uma perspectiva pedagógica o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, traz uma prática educativa de transformação da realidade. Entendendo o ser humano como um ser em movimento e está em constante mudança e trocas com o mundo, como a terra também.

Como diz Paulo Freire (2005)

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” -, como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo. (FREIRE, 2005, p.84-85)

Nesse trecho é possível dialogar com a pedagogia do movimento no sentido de entendê-la como uma forma de educação problematizadora, a qual observa o ser humano como um ser inacabado. Ou seja, um ser em movimento que está no mundo para se modificar e por meio da educação se faz essa mudança. Diferente da educação bancária, que objetiva fixar o ser humano em um padrão preestabelecido por um grupo hegemônico. Por isso é necessário estudar a

história de forma crítica, ou seja, olhar o passado estando “com os pés” no presente, com um olhar reflexivo acerca do que está acontecendo hoje. Assim, remetendo ao passado e a partir das reflexões e constatações projetar um futuro esperançoso (considerando o esperar como verbo de ação) e consciente dos erros e acertos cometidos. Para então poder atuar na sociedade de modo a transformá-la e tendo a consciência de como isso pode acontecer por meio da educação.

Desse modo, é possível dialogar com Caldart (2012), pensando a educação do campo por meio da Pedagogia do Movimento, isto é, se pratica o discurso de luta pela terra de modo a ir além da terra. Compreendendo-a como um meio de vida, do qual o ser humano depende, se origina, estabelece conexões e se transforma por meio de movimentos socioculturais cotidianos. “Dessa forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles” (FREIRE, 2005, p.85). Então a partir do momento que mulheres e homens do campo tomam consciência de que são atores sociais começam a construir a sua própria autonomia e a intervir na realidade, podendo transformá-la.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse contexto, coloca-se em destaque a entrevista com a Professora da escola do Assentamento do MST, onde ela expressa um pouco sobre a sua história, ideologias, comentando sobre a formação continuada na Semed e a feita pelo MST. Nessa entrevista percebe-se o constante diálogo com a Pedagogia do Movimento, que é a base educacional do assentamento, ou seja, no sentido prático da vida cotidiana na escola, na prática pedagógica e até mesmo na forma de se expressar da professora, a base educativa do movimento está atrelada ao seu discurso que é também prático.

A Professora também relata que a pedagogia praticada na escola transita por diferentes tendências pedagógicas. Abrangendo perspectivas tradicionais e progressistas, que expressam uma prática pedagógica com intenção política originada da formação de uma identidade cultural que está atrelada a um movimento social de luta pela reforma agrária e convive com conflitos frequentes. Nota-se assim, a educação do campo como um ato de resistência por parte da comunidade do assentamento analisado, como se vê pela fala da Professora quando lhe foi indagado sobre a relação que ela faz entre a história do assentamento e as disciplinas da escola:

[...] é nossa missão política dentro do MST fazer essa relação, então, como a escola é um instrumento do Estado, a gente tem consciência disso, a gente sabe que a Educação do Campo também não é uma educação que é dada de graça, que o Governo vai estabelecer, que todo mundo que é do campo vai discutir organização social, desenvolvimento sustentável, a gente sabe que isso não acontece. Até porque acho que 90% dos professores são da cidade, a gente tem sorte, porque se a gente faz um trabalho eles topam, eles realizam com a gente. Tem essa valorização do MST dentro da nossa história e a gente sempre enquanto movimento, a gente discute com a coordenação, propõe à coordenação projetos pedagógicos que possam trazer a nossa identidade, nossa história, a realidade social, discutir isso com os alunos pra não ficar uma educação fora da realidade. (Professora do Assentamento, 2018)

Então percebe-se que a prática pedagógica da Professora respeita a cultura local do Assentamento, estabelecendo um elo com a Pedagogia do Movimento na construção da identidade dos estudantes. A Professora compartilha no ambiente escolar dos conhecimentos conquistados por meio da luta social, por meio de projetos pedagógicos, nas aulas, no diálogo com a coordenação pedagógica da escola. Ou seja, a Educação do Campo praticada nessa escola está ligada à luta social, de modo inerente, demonstrando que a Educação do Campo é uma política pública conquistada por meio da luta do movimento social e que precisa estar em alerta constante, pois não adiante estar na legislação é necessário que esteja acontecendo diariamente na prática.

E isso é muito perceptível nas produções artísticas do MST, quando cantam: “Não vou sair do campo/ Pra poder ir pra escola/ Educação do campo/ É direito e não esmola [...]”. Confirmando que a luta pela Educação do Campo acontece todos os dias para manter as escolas no/do campo; para que a educação seja de qualidade; que as escolas não sejam fechadas; para que os líderes do Movimento não sejam mortos; dentre outros ataques ao campo que são enfrentados pelos camponeses/oprimidos no Brasil.

Além disso, outro questionamento levantado foi sobre a formação inicial da Professora e ela alega que:

Durante a graduação que eu fiz, foi a licenciatura em educação do campo pelo instituto federal do Pará em Castanhal, todos os meus estágios foram aqui (na escola do assentamento). Então a gente trabalha dentro da graduação com alternância pedagógica: tempo escola e tempo comunidade. E durante o tempo comunidade a gente teve a oportunidade de fazer vários estágios, foram sete estágios. E em cada estágio tinha um eixo de discussão sobre: o desenvolvimento sustentável, organização social, sobre identidade e cultura. E a partir dos estágios que eu pude realizar dentro da pesquisa-ação, que é aquela pesquisa que a gente observa, mas também a gente interage, propondo projetos pedagógicos de intervenção, a gente pode realizar muitos projetos acerca de vários temas. E isso pra mim foi importante e também determinante pra minha escolha da profissão. (Professora do Assentamento, 2018)

Entende-se por Pedagogia da Alternância a prática que leva em consideração a realidade do estudante camponês. “A proposta pedagógica, denominada Pedagogia da Alternância, é operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a

escola e o ambiente familiar” (SECAD, 2004, p. 12). Onde o estudante pode contextualizar a sua própria realidade social em sala de aula. O que contribui bastante para a diminuição da evasão escolar. Pois, quando o processo de ensino e aprendizado é significativo o estudante consegue permanecer na escola por mais tempo de modo a transformar a sua realidade.

Além disso, a professora relatou também sobre a relevância de trabalhar nessa escola, a sua história de vida nesse lugar foi imprescindível para a construção de sua própria identidade como educadora do campo.

Eu vim pra cá em 2003, eu vim através da minha mãe, ela que ocupou a terra junto com toda a turma. E quando eu vim pra cá em 2003 eu vim como trabalho voluntário, então eu trabalhei três anos como trabalho voluntário: Ciranda Infantil, que eram crianças de 3 a 6 anos. E em 2004 eu fiz o concurso público e passei no municipal. E aí foi uma escolha minha, acho que a gente vai constituindo uma identidade a partir da vivência. Eu digo que a educadora que eu sou hoje eu devo muito a todas as experiências que eu tive historicamente no lugar que eu moro, que eu trabalho. Então desde a relação com os educadores, que tem essa questão da práxis, de refletir o sujeito, a transformação social até o convívio com os “Sem-terrinha” (com as crianças). Então a escolha de eu permanecer aqui acho que ta muito atrelada a minha identidade com o lugar. (Professora do Assentamento, 2018).

Fazendo notar que ser professora nesse espaço não se limita à escola, depende também das atuações políticas no Movimento. Ou seja, a Educadora além de estar no espaço escolar como Professora do ensino regular é também sujeito político transformador. Pois, se construiu e constrói dentro do MST, percebendo “O educador do Movimento, enquanto sujeito político tem que estar envolvido não somente com as questões pedagógicas da escola, a qual não é estanque, mas movimentada em seu cotidiano escolar pelas questões agrárias” (LIMA, 2007, p. 210). Isto é, para atuar nessa escola a Professora precisou passar pela educação do Movimento e hoje pode propor uma educação mais crítica na escola, pois é consciente do seu papel de militante e interventora nessa instituição que está inserida no Assentamento do MST.

O terceiro questionamento foi sobre a formação continuada e a professora disse o seguinte:

[...] a SEMED é muito mesmo voltada pra a alfabetização, já que meu foco foi esse. Já a educação informal pelo MST, a gente tem já uma formação muito ampla, principalmente voltada para essa formação da consciência política, relacionada a questão da cultura e da arte dentro da dinâmica social do assentamento. Como que a gente, sujeito transformador, a gente vai impulsionar movimento no espaço onde a gente mora de forma a construir essa consciência, emancipação do sujeito, da organização da juventude, da infância. (Professora do Assentamento, 2018)

E de acordo com a sua fala percebemos como a Pedagogia do Movimento (CALDART, 2012) envolve uma formação política, conscientizando os educadores e educandos acerca da importância de teorizar a prática, refletir sobre as suas vivências nesse espaço político, direcionada para a conscientização social e cultural da comunidade. Demonstrando que “há

uma dinâmica social e cultural no campo. Há um movimento pedagógico. O MST vem se construindo em um sujeito educativo, em um pedagogo” (ARROYO, 2012, p. 14). E isso, de acordo com a professora, auxilia na construção da sua identidade antes mesmo dela ingressar na Universidade.

[...] antes mesmo de eu fazer a licenciatura a gente já fazia educação do movimento que tem toda uma relação com a educação do campo, que é a pedagogia do movimento. E quando fui pra Universidade, eu lembro quando eu tava nesse processo de construção da identidade, principalmente relacionada a terra, à agricultura, a agroecologia, e essas coisas. E quando fui pro PROCAMPO, que era o programa, eu comecei a ver várias coisas que a gente via no dia-a-dia e que eu não tinha a consciência de quanto a ciência discutia aquilo que a gente fazia dentro da educação informal e isso, acho que contribuiu muito pra que eu continuasse o trabalho e de certa forma somou, acho que a construir novos conhecimentos científicos a partir da minha práxis. O que eu faço no dia-a-dia e isso contribuiu muito acho que pra transformação da próprio ser professor. (Professora do Assentamento, 2018)

A fala acima foi perceptível durante a nossa experiência na sala de aula também. Em uma aula de ciências onde a educadora conseguiu tratar de forma científica, social e política sobre a temática: solos. Estabelecendo o diálogo com a agroecologia e sua importância social para o povo do campo. De acordo com Michelotti e Zarref (2016) a agroecologia:

Busca valorizar o saber local da agricultura familiar e as potencialidades de cada ambiente, do ponto de vista social e cultural. Ela procura desenvolver um conjunto de ações que leva em conta as condições daquele ambiente, sempre tentando aliar o conhecimento dos camponeses e o conhecimento científico dos pesquisadores gerando uma complementaridade desses conhecimentos. (MICHELOTTI; ZARREF, 2016, p. 11)

A agroecologia respeita os princípios da vida no campo tendo como bases teóricas e científicas a realidade social. Ou seja, a prática agroecológica também faz parte da formação sócio-política dos estudantes dessa escola. Como acontece na pedagogia da alternância no sistema agroecológico os camponeses são respeitados e valorizados em suas perspectivas identitárias ao mesmo tempo em que respeitam a natureza, problematizando o Agronegócio que é tóxico, exploratório e devastador para a natureza e o ser humano.

Demonstrando que a Pedagogia do Movimento é, de fato, algo inerente nessa comunidade, onde o saber fora da escola é tão importante quanto o saber dentro da escola. A escola está inserida na comunidade e se adapta a mesma, não o contrário. Construindo uma educação do Campo que não, simplesmente, reproduz os conteúdos da cidade, mas, desenvolve identidades do campo de forma digna, respeitando e afirmando o sujeito camponês como sujeito de direito, consciente de sua incompletude humana com seu modo específico de ser no mundo, criador de arte e cultura e produtor de alimentos saudáveis para o corpo e a mente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista com a Professora possibilitou visibilizar o debate sobre a Educação do Campo na escola do MST do município de Castanhal, que é voltada para uma formação coerente com a cultura e história local, possuindo uma trajetória de conflitos pela terra. Estabelece diálogos com os conhecimentos científicos e os saberes da população que habita esse espaço. Buscando formar crianças, jovens e adultos politicamente críticos e reflexivos sobre a própria condição de ser humano que ocupa a terra para sobreviver.

Nesse sentido, percebe-se a relevância do MST como formador basilar na construção de ser Professora na escola. Ou seja, ela faz o exercício de não reproduzir a ideologia do colonizador e busca ensinar os assuntos do currículo escolar para utilizá-los na prática em prol da comunidade assentada. E isso se dá por meio de projetos de intervenção escolar, diálogos com outras professoras e professores, que possibilitam uma educação mais contextualizada com a realidade dos estudantes que moram no Assentamento, estes que serão multiplicadores de ideias e práticas dentro da comunidade.

Portando, nota-se neste trabalho a sua contribuição para o acervo de pesquisas voltadas para a educação do campo, especificamente, em uma escola de assentamento do município de Castanhal, localizada no estado do Pará. Pois, expõe as vivências de uma Professora camponesa e militante, que constrói a sua prática pedagógica diariamente por meio da atuação no movimento social, formação inicial (graduação em Educação do Campo), formação continuada da SEMED. Demonstrando que a Educação do Campo não é estática, ela está em movimento, percebendo o camponês como o sujeito construtor da história da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. ISBN: 978-85-87394-53-3.
- FILHO, José Camilo dos Santos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6.ed. São Paulo, Cortez, 2007; ISBN: 978-85-249-0553-7
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. ISBN: 978 -85-7753-016-8
- HENRIQUES, Ricardo; MARAGON, Antônia; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide. **Cadernos SECAD 2: Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, 2007.
- LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Cartografia de saberes nas práticas educativas cotidianas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Amazônia Paraense**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2007.

MICHELOTTI, Fernando; ZARREF, Luiz. **Caderno de agroecologia**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária. ISBN: 978-85-5808-005-7

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. **Câmara Nacional de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4